



Demonstrações financeiras

Banco XP S.A.

30 de junho de 2025



Relatório da administração

Prezado leitor,

Submetemos à apreciação de V. Sas as Demonstrações Financeiras do Banco XP S.A. ("Banco XP") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Perfil Corporativo

O Banco XP foi constituído em 2019 como uma instituição financeira no Brasil. Em outubro de 2019, o Banco Central do Brasil autorizou o Banco XP a operar como um banco múltiplo, tanto com atividades de banco comercial quanto de banco de investimento, bem como para realizar operações no mercado de câmbio.

A maior parte dos produtos de empréstimo oferecidos aos seus clientes são totalmente garantidos pelos investimentos dos clientes na plataforma XP.

Destaques do período

(i) Cisão da subsidiária XP Investimentos S.A

Em 1º de Maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo ("zero"), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos. A transação não tem qualquer efeito nos fluxos de caixa da instituição.

(ii) Incorporação do Banco Modal

Em conformidade com a deliberação da AGE realizada em 31 de dezembro de 2024, o Banco XP S.A. solicitou a incorporação do Banco Modal S.A., por meio da transferência integral de seu patrimônio. Como consequência, a instituição incorporada será extinta, sendo a companhia incorporadora seu sucessor em todos os direitos e obrigações, com o consequente cancelamento da autorização de funcionamento do Banco Modal S.A. A efetivação da incorporação estava condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, cujo processo foi concluído em 1º de setembro de 2025.

Desempenho financeiro

Os ativos totais alcançaram R\$ 200,7 bilhões ao final de junho de 2025, crescimento de 2,88% em 6 meses, em decorrência da expansão dos produtos e negócios do Banco, impactando, majoritariamente, as posições em ativos financeiros. O Patrimônio líquido totalizou R\$ 11,9 bilhões em junho de 2025.

Carteira de Crédito

O saldo em ativos representativos da carteira de crédito do Banco XP atingiu R\$ 28 bilhões em 30 de junho de 2025.

Devido ao fato de a maior parte de nossa carteira de crédito ser garantida por ativos cujo valores superam o montante do crédito concedido, minimizam-se as necessidades de capital para crescimento e diminui-se o risco de perdas financeiras nas operações.

Captação

O montante total de captações atingiu R\$ 101 bilhões em junho de 2025.

Capital Regulatório



O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial XP, cuja instituição líder é o Banco XP, atingiu 13,64% em 30 de junho de 2025.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações do Banco XP, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2025.

Composição da Diretoria

José de Menezes Berenguer Neto
CEO e Diretor

Victor Andreu Masnur Farinassi
Diretor

Fabrcio Cunha de Almeida
Diretor

Leonardo Antonio Cardoso
Diretor

Thiago Simões Maffra
Diretor

Rodrigo Santana Passos Góes
Controller

Rogério Bessa Junior
Contador
1SP298461/O-6



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco XP S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco XP S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

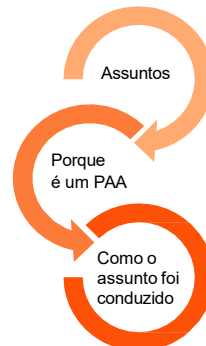
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Banco XP S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21 - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - (Notas 2(a), 8 e 9)</p> <p>Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966 ("Resolução"), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Resolução foi adotada de forma prospectiva pelo Banco, na data de entrada em vigor da norma, em 1º de janeiro de 2025.</p> <p>A Resolução estabelece critérios relativos à provisão para perdas associadas ao risco de crédito, aplicáveis a determinados ativos financeiros, operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito.</p> <p>A adoção dessa nova norma contábil trouxe mudanças relevantes para o Banco, sendo a principal, a alteração no critério de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>O saldo de operações de crédito do Banco é composto, principalmente, por empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes do Banco de demais empresas do Conglomerado XP.</p> <p>Considerando a relevância da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como pelos aspectos subjetivos associados ao risco de crédito, esse assunto é uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros, atualização do entendimento e testes sobre os controles internos relevantes para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos também testes sobre transações relacionados a: (i) aderência das principais premissas adotadas pela administração com as normas do regulador; (ii) integridade das bases de dados utilizadas; (iii) análise da aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes e análise da marcação de estágios; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.</p> <p>Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela administração para o reconhecimento e mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.</p> <p>Também analisamos a coerência das informações divulgadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>



Banco XP S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez - (Notas 3(c), 5, 6 e 28)

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos privados com pouca liquidez é uma área que envolve julgamento e, portanto, foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, considerando também a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras. Esses instrumentos têm seu valor justo apurado com base em técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos, que consideram determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses instrumentos financeiros com pouca liquidez.

Adicionalmente, atualizamos nosso entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação de instrumentos financeiros derivativos e títulos privados, analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com práticas utilizadas no mercado. Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

Consideramos que os critérios e principais premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros com pouca liquidez são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento de transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, podem, eventualmente, se materializados, causar processamento incorreto de transações críticas, acessos indevidos a sistemas e dados, e, conseqüentemente, transações não autorizadas processadas e erros nos controles automatizados dos sistemas aplicativos. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas em Tecnologia da Informação, realizamos o entendimento dos ambientes de Tecnologia da Informação e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados ao gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas, sistemas e dados, operação/processamento de sistemas e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia relacionados às aplicações nos processos de negócios relevantes do Banco.



Banco XP S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Para obter evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria das demonstrações financeiras, foi necessário executar testes documentais adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicação de procedimentos utilizando base de dados analíticas, de forma a permitir um espectro maior de teste e evidência.

Também, em complemento aos procedimentos já mencionados, realizamos, em base amostral, a revisão dos lançamentos contábeis para verificar se as transações processadas foram devidamente autorizadas.

Os resultados desses procedimentos nos permitiram concluir que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou



Banco XP S.A.

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



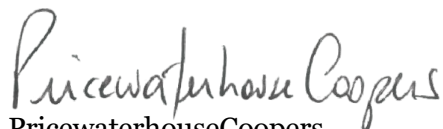
Banco XP S.A.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de setembro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by



Signed By: MARCOS PAULO PUTINI 1768525807
CPF: 1168525807

Signting Time: 16 September 2025 10:10 BRT

O: SCP Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

C: BR

Issuer: AC SERRASA RFB v5

98000072021491

Marcos Paulo Putini

Contador CRC 1SP212529/O-8



Ativo	Nota	<u>06/2025</u>
Disponibilidades		<u>6.821.007</u>
Ativos financeiros		<u>177.116.587</u>
Valor justo por meio do resultado		<u>64.851.193</u>
Títulos e valores mobiliários	5	49.623.330
Instrumentos financeiros derivativos	6	15.227.863
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		<u>5.768.556</u>
Títulos e valores mobiliários	5	5.768.556
Avaliados ao custo amortizado		<u>106.496.838</u>
Títulos e valores mobiliários	5	3.826.455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	64.768.319
Operações de crédito	8	28.498.275
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	13	9.022.921
Negociação e intermediação de valores	12	118.082
Outros ativos financeiros	10	262.786
Outros ativos		<u>574.015</u>
Rendas a receber		48.054
Impostos e contribuições a compensar	19	188.801
Despesas antecipadas		24.670
Direito de uso	11	221.926
Outros ativos		90.564
Ativo fiscal diferido	19	2.108.903
Investimentos em coligadas e controladas	14	14.008.494
Imobilizado		3.838
Ágio e ativos intangíveis		83.756
Total do ativo		<u><u>200.716.600</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Passivo

06/2025

Passivos financeiros

187.214.744

Valor justo por meio do resultado

17.327.500

Operações de empréstimos de ações

148.541

Instrumentos financeiros derivativos

6

17.178.959

Avaliados ao custo amortizado

169.887.244

Depósitos

15

62.512.983

Obrigações por operações compromissadas

4

50.762.762

Instrumentos de financiamento

16

45.098.506

Negociações e intermediação de valores

12

31.122

Obrigações por empréstimos

17

2.484.351

Outros passivos financeiros

10

8.997.520

Outros passivos

271.611

Obrigações sociais e estatutárias

42.670

Obrigações fiscais e previdenciárias

43.928

Fornecedores

107.168

Provisões e contingências passivas

18

15.624

Outros passivos

62.221

Passivo fiscal diferido

19

1.366.683

Total do passivo

188.853.038

Patrimônio líquido atribuível aos controladores

20

11.863.562

Capital social

10.111.407

Reservas de capital

373.082

Reservas de lucros

1.339.278

Ajustes de avaliação patrimonial

(183.258)

Lucros acumulados

223.053

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

200.716.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	06/2025
Receitas de intermediação financeira		9.575.296
Resultado de operações de crédito		1.545.887
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		3.661.149
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.462.274
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		2.257.428
Outras receitas	23	648.558
Despesas de intermediação financeira		(9.537.931)
Operações de captação no mercado	21	(9.314.686)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(160.905)
Operações de empréstimos e repasses		(62.340)
Resultado bruto da intermediação financeira		37.365
Outras receitas/(despesas) operacionais		(69.097)
Receita com prestação de serviços	22	495.133
Custos operacionais	24	(659.890)
Despesas administrativas	25	(265.251)
Resultado com participação coligadas e controladas	14	367.503
Despesas tributárias		(22.317)
Outras receitas/(despesas) operacionais	26	15.725
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(31.732)
Imposto de renda e contribuição social	19	254.785
Lucro líquido do período		223.053
Quantidade média ponderada de quotas em circulação		7.943.854.552
Lucro líquido por ação		0,0281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	06/2025
Lucro líquido do período	223.053
Variações no resultado abrangente	85.741
Varição de valor justo de ativos financeiros VJORA próprios	171.639
Efeito fiscal sobre a variação de valor justo de ativos financeiros VJORA próprios	(110.735)
Varição de valor justo de ativos financeiros VJORA de coligadas e controladas	71.983
Outros	(47.146)
Total do resultado abrangente	308.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.111.407	133.450	61.466	1.294.327	(817.803)	-	10.782.847
Implementação Res. CMN 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21							
Ajustes reflexos em coligadas e controladas (Nota 14)	-	-	-	-	548.804	-	548.804
Ajustes próprios na instituição (Nota 2.2)	-	-	-	(16.515)	-	-	(16.515)
Saldo abertura 01 de janeiro de 2025	10.111.407	133.450	61.466	1.277.812	(268.999)	-	11.315.136
Outorga de plano de pagamento baseado em ações	-	239.632	-	-	-	-	239.632
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	132.887	-	132.887
Outras movimentações no patrimônio	-	-	-	-	(47.146)	-	(47.146)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	223.053	223.053
Saldos em 30 de junho de 2025	10.111.407	373.082	61.466	1.277.812	(183.258)	223.053	11.863.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco XP S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa****Período findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido/(Prejuízo)	223.053
Provisão para IR e CSLL diferido (Nota 19)	(254.785)
Resultado com participação em controlada (Nota 14)	(367.503)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 9)	160.905
Depreciações e amortizações (Nota 25)	113.650
Outorga de plano baseado em ações	239.632
Provisão para contingências	2.531
Provisão de juros	70.047
Variação cambial	(175.623)
Baixa de investimentos	(163)
Lucro líquido / (Prejuízo) ajustado	11.744
Variação dos ativos e passivos operacionais	(5.214.348)
Títulos e valores mobiliários	(10.544.014)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.409.763)
Aplicações interfinanceiras de liquidez e operações compromissadas	(3.317.766)
Operações de crédito	(967.781)
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	(1.127.385)
Outros ativos e passivos financeiros	(316.736)
Direito de uso de arrendamento	(221.926)
Despesas antecipadas	919
Outros ativos e passivos	(3.334.341)
Depósitos	6.403.037
Instrumentos de financiamentos	10.532.756
Obrigações fiscais e previdenciárias	88.652
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(113.295)
Contingências pagas	(1.652)
Impostos pagos	(111.643)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(5.315.899)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisições de intangível	(18.258)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(18.258)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aquisição de empréstimos (Nota 17)	2.736.009
Pagamento de empréstimos	(1.697.410)
Juros pagos	(111.931)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	926.668
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.407.489)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.978.494
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.571.005
Disponibilidades	6.821.007
Aplicações em operações compromissadas (Nota 4)	11.449.999
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil (Nota 13)	1.299.999

Banco XP S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco XP S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Período findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****1. Contexto operacional**

O Banco XP S.A. (“Banco XP”, “Banco”, “Instituição” ou “Companhia”), é uma instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 708, Leblon, Rio de Janeiro.

O Banco XP atua na atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, que são as operações ativas, passivas e acessórias inerentes às características de banco comercial, de investimento e câmbio.

O Banco XP é controlado pela XP Finance Holding S.A, uma holding controlada diretamente pela XP Inc. e indiretamente pela XP Control LLC, que detém 70.94% dos direitos de voto sobre a XP Inc., e cujo controle final é de um grupo de indivíduos.

(i) Cisão da subsidiária XP Investimentos S.A

Em 1º de Maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo (“zero”), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos. A transação não tem qualquer efeito nos fluxos de caixa da instituição.

(ii) Incorporação do Banco Modal

Em conformidade com a deliberação da AGE realizada em 31 de dezembro de 2024, o Banco XP S.A. solicitou a incorporação do Banco Modal S.A., por meio da transferência integral de seu patrimônio. Como consequência, a instituição incorporada será extinta, sendo a companhia incorporadora seu sucessor em todos os direitos e obrigações, com o consequente cancelamento da autorização de funcionamento do Banco Modal S.A. A efetivação da incorporação estava condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, cujo processo foi concluído em 1º de setembro

2. Apresentação das demonstrações financeiras

1) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco XP, que são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas de acordo com as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB), advindas das normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Bacen, dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados em normas do CMN ou do Bacen e da legislação societária brasileira.

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, por exemplo, o crédito tributário e a mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos sem mercado ativo ou liquidez. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco XP revisa as estimativas e premissas adotadas periodicamente.

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em reais (“R\$”) e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2025 foram aprovadas pela Administração em 16 de setembro de 2025.

2) Adoção de novas normas

(i) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021 (e normas relacionadas, posteriores)

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Esta resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e substituiu, dentre outras normas, a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A Resolução foi adotada de forma prospectiva, à partir de 1º de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de hedge que entrará em vigor em 1.º de janeiro de 2027. O novo normativo tem como principais tópicos:

a) Perdas associadas ao risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece critérios relativos à provisão para perdas de crédito, aplicáveis a todos os ativos financeiros, operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas é dividida em três estágios e deve ser implementada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros poderão migrar entre os estágios conforme o aumento ou diminuição de seu risco de crédito.

O novo modelo de perdas esperadas é aplicável aos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), exceto para investimentos em instrumentos patrimoniais.

A norma prevê duas metodologias, a depender do enquadramento do Banco (S1 a S5): completa ou simplificada. O Banco XP adota o modelo completo.

Modelos de Perdas Esperadas – metodologia completa

A nova metodologia requer o reconhecimento de provisões para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura.

A Instituição deve avaliar a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito e a expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

O Banco deve alocar os instrumentos financeiros nos seguintes estágios:

Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;

Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito.

Em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 para constituição de provisão para perdas de crédito, o patrimônio líquido do Banco XP foi reduzido em R\$ 15.195, após os efeitos tributários.

b) Instrumentos financeiros para proteção (hedge accounting)

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e as relações de proteção são classificadas, de acordo com a sua natureza, em: (i) hedge de valor justo, (ii) hedge de fluxo de caixa ou (iii) hedge de investimento líquido no exterior.

c) Classificação de Ativos e Passivos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros será determinada tanto pelo modelo de negócios para sua gestão quanto pelas características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar se estes atendem ao critério de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ). Com base nesses critérios, o ativo financeiro poderá ser classificado como:

Títulos de Dívida

- (i) Na categoria custo amortizado, devem ser incluídos os ativos financeiros que cumulativamente atendam às seguintes condições:
 - 1. O ativo é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
 - 2. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem apenas em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em datas especificadas.
- (ii) Na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, devem ser alocados os ativos financeiros que cumpram as seguintes condições cumulativas:
 - 1. O ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios; e
 - 2. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem apenas em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em datas especificadas.
- (iii) Na categoria valor justo no resultado, devem ser classificados os demais ativos financeiros.

(ii) Resolução CMN nº 4.975/21

Estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

A resolução determina a conformidade com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no que se refere ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil.

Em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.975/21 para a contabilização de operações de arrendamento mercantil, o patrimônio líquido do Banco XP foi reduzido em R\$ 1.320, após os efeitos tributários.

3. Resumo das políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, as receitas e despesas são registradas no resultado no período que ocorrem e sempre simultaneamente quando se correlacionarem.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades, aplicações em operações compromissadas (posição bancada), e quaisquer outras aplicações de curto prazo, a contar da data da aquisição, que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

(c) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade.

1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios da Companhia para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são “Somente Pagamento de Principal e Juros” (o critério “SPPJ”) sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo da Companhia é receber fluxos de caixa para manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”)

Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo. Esta categoria inclui valores mobiliários e derivativos, incluindo instrumentos patrimoniais que a Companhia não elegeu irrevogavelmente para classificar em VJORA.

Ativos financeiros são classificados como a valor justo por meio do resultado se o teste de fluxo de caixa contratual (“teste SPPJ”) falhar ou se, de acordo com o modelo de negócios da Companhia, o ativo for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Derivativos, incluindo derivativos embutidos separáveis, também são classificados a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não atendem aos critérios do SPPJ são classificados e mensurados como VJR, independentemente do modelo de negócios.

Os ativos financeiros na categoria VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido, com um passivo financeiro ou componente principal não derivativo, é separado do componente principal e contabilizado como um derivativo separado se: as características econômicas e os riscos não estiverem estritamente relacionados ao contrato principal; o instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido atender à definição de derivativo; e o contrato híbrido não for mensurado integralmente ao VJR. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado. A

reavaliação só ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria VJR.

Um derivativo incorporado em um contrato híbrido contendo um componente principal ativo não derivativo não é contabilizado separadamente. O contrato principal juntamente com o derivativo embutido deve ser classificado em sua totalidade como um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)

A Companhia avalia os ativos financeiros a VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no valor justo são reconhecidas em resultado abrangente. No momento do desreconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida em resultado abrangente é reclassificada para lucros ou perdas (demonstração do resultado).

Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*.

A Companhia não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente classificados nesta categoria.

iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável (“teste de *impairment*”). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado.

A Companhia reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (isto é, retirado da posição patrimonial) quando:

- Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos contratuais para receber os fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem

reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que a Companhia poderia ser obrigado a pagar.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCEs") para todos os ativos financeiros não classificados em VJR. As PCEs são reconhecidas em duas etapas. Para ativos financeiros os quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCEs são provisionadas para perdas de crédito resultantes da probabilidade do instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) nos próximos 12 meses (uma PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já reconhecidas como ativo problemático, a provisão é realizada considerando todo o prazo esperado do instrumento financeiro, independentemente do momento do reconhecimento do ativo como problemático.

A Companhia classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um ativo financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante da probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2: Se um aumento significativo do risco de crédito for identificado a partir do reconhecimento inicial ou o instrumento financeiro atingir mais de 30 dias de atraso. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada considera a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Estágio 3: Caracterização como ativo problemático. A Companhia considera um instrumento financeiro problemático quando há atraso superior a 90 dias no pagamento ou evidências claras de que a obrigação não será cumprida integralmente nas condições pactuadas, incluindo situações como: dificuldades financeiras da contraparte; reestruturação da dívida; decretação de falecias, pedidos de recuperação judicial ou atos similares; medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas; necessidade de recorrer a colaterais; outras condições que comprometam a honra do compromisso.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2) Passivo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado ("VJR") ou ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso dos passivos classificados ao custo amortizado, são deduzidos os custos diretamente atribuíveis à transação.

Classificação e mensuração subsequente

i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR")

Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR.

Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos na Res. CMN 4.966/21 forem atendidos. Os empréstimos de ações e instrumentos financeiros derivativos são classificados como VJR e reconhecidos pelo valor justo.

ii. Passivos financeiros designados para serem mensurados ao valor justo através do resultado

Classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros podem ser irrevogavelmente designados como mensurados ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria da mensuração de ativos ou passivos, ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles, em bases diferentes, ou se um grupo de instrumentos financeiros for administrado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma gestão de risco documentada ou estratégia de investimento. O valor da mudança no valor justo dos passivos financeiros designados em VJR que é atribuível às mudanças no risco de crédito desse passivo deve ser apresentado em outros resultados abrangentes.

iii. Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como em função dos juros incorridos.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da taxa efetiva de juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3) Mensuração de instrumentos financeiros a valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no encerramento das atividades na data do relatório, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado ativo é determinado utilizando técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes no mercado (em condições de mercado); referência ao valor justo atual de outro instrumento semelhante; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração.

4) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedging*

Instrumentos financeiros derivativos são contratos financeiros, cujo valor é derivado do valor dos ativos subjacentes, taxas de juros, índices ou taxas de câmbio.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado, e eles são posteriormente mensurados ao seu valor justo ao final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende se o derivativo é designado como um instrumento de cobertura (*hedge*) e, se sim, da natureza do item que está sendo protegido. As relações de *hedge* podem ser classificadas em:

- *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (*hedges* de valor justo);
- *hedges* de um investimento líquido em uma operação estrangeira (*hedges* de investimento líquido no exterior);
ou
- *hedge* das variações em fluxos de caixa futuros atrelados a determinadas operações (*hedges* de fluxo de caixa).

No início da relação de *hedge*, o grupo documenta a relação econômica entre instrumentos de *hedge* e itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa

dos itens protegidos. O grupo documenta seu objetivo de gestão de riscos e estratégia para a realização de suas transações de *hedge*.

Se o *hedge* não atender mais aos critérios de contabilidade de *hedge*, o ajuste ao valor contábil de um objeto de *hedge*, para o qual o método dos juros efetivos é usado, é amortizado no resultado durante o período restante até o vencimento do objeto, utilizando uma taxa de juros efetiva recalculada.

Efetividade do hedge

A efetividade do *hedge* é determinada no início do relacionamento de *hedge* e por meio de avaliações prospectivas periódicas de efetividade, para garantir que exista um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

Para avaliar a efetividade e medir a inefetividade de tais estratégias, a Instituição utiliza o método de compensação do dólar (*dollar offset method*). O método de compensação do dólar é um método quantitativo que consiste em comparar a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge* com a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuível ao risco coberto.

(d) Investimentos

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

(e) Despesas antecipadas

Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado.

(f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

(g) Outros ativos

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(h) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

(i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%.

(j) Plano de incentivo baseado em ações

O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019.

O Grupo lançou dois planos baseados em ações, a *Restricted Share Units* ("RSU") e a *Performance Share Units* ("PSU"). Os planos de incentivo baseado em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc. aos participantes definidos.

O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados.

O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte:

- quaisquer condições de performance do mercado;
- o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e;
- o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico).

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido.

(k) Despesas de cashback e programa de pontos

Refere-se ao cashback e ao programa de pontos oferecidos aos clientes do Banco XP que utilizaram o cartão nas funções crédito e/ou débito. O valor do cashback corresponde a um percentual do total gasto pelo cliente, enquanto a pontuação é calculada com base em uma quantidade de pontos por dólar gasto, variando conforme o tipo de transação e/ou o estabelecimento onde a compra foi realizada.

Os montantes de cashback concedidos são aplicados em nome dos clientes em um fundo de investimento de baixo risco exclusivo para esta finalidade.

Os saldos contabilizados de *cashback* e pontos são registrados na linha de custos operacionais na Demonstração de Resultado.

(l) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados, segundo julgamento da administração, como não recorrentes serão evidenciados em notas explicativas em caso de ocorrência.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Banco XP S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações compromissadas - Posição bancada				
Títulos públicos federais	11.023.489	8.021.685	-	19.045.174
Operações compromissadas - Posição financiada				
Títulos públicos federais	-	41.068.149	-	41.068.149
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.499.018	37.682	118.712	4.655.412
Provisão para perda de crédito esperada	(416)	-	-	(416)
Total	15.522.091	49.127.516	118.712	64.768.319

As aplicações em operações compromissadas foram praticadas a uma taxa média de 14,98% a.a.

Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 11.449.999 está sendo apresentado como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada segregada por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlacionadas, foi demonstrada na Nota 9.

Obrigações por operações compromissadas

	06/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Carteira própria				
Títulos públicos federais	-	-	963.608	963.608
Debentures	1.675.211	1.122.559	-	2.797.770
Títulos emitidos no exterior	4.961.863	1.164.275	535.788	6.661.926
Carteira de terceiros				
Títulos públicos federais	33.966.923	6.372.535	-	40.339.458
Total	40.603.997	8.659.369	1.499.396	50.762.762

Em 30 de junho de 2025, as obrigações por operações compromissadas foram pactuadas a uma taxa média de juros de 14.94% a.a.



5. Títulos e valores mobiliários

Posição ativa					06/2025	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Custo
Valor justo por meio do resultado						
Títulos públicos federais	-	-	21.246	180.678	201.924	201.518
Cotas de fundos de investimento	31.522.094	-	-	-	31.522.094	31.522.094
Debêntures	-	-	60.850	5.262.287	5.323.137	5.366.748
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	113	-	951.889	952.002	991.498
Títulos privados no exterior	-	-	-	10.347.461	10.347.461	10.488.509
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	255.717	255.717	259.842
Ações de companhias abertas	170.298	-	-	-	170.298	170.298
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	346	106	736.532	736.984	751.600
Outros	-	-	-	113.713	113.713	106.433
Total valor justo por meio do resultado	31.692.392	459	82.202	17.848.277	49.623.330	49.858.540
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Títulos públicos federais	-	-	-	2.511.438	2.511.438	2.692.848
Títulos soberanos no exterior	-	2.834.547	422.571	-	3.257.118	3.255.310
Total valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	2.834.547	422.571	2.511.438	5.768.556	5.948.158
Custo amortizado (i)						
Cédula de Produto Rural	-	52.239	52.050	426.155	530.444	533.477
Notas comerciais	-	59.949	84.076	3.151.986	3.296.011	3.315.154
Total custo amortizado	-	112.188	136.126	3.578.141	3.826.455	3.848.631
Total	31.692.392	2.947.194	640.899	23.937.856	59.218.341	59.655.329



- (i) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em títulos e valores mobiliários segregada por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21, foi demonstrada na Nota 9.

A política contábil sobre mensuração do valor justo dos ativos está apresentada na nota 3.c.3.

Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>06/2025</u>
Rendas de títulos e valores mobiliários	
Títulos de renda fixa e variável	332.282
Fundos de investimentos	1.129.992
Total	<u>1.462.274</u>

6. Instrumentos financeiros derivativos

	<u>06/2025</u>				
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de referência</u>
Posição Ativa					
Contratos de Opções	159.194	164.801	591.823	915.818	32.751.279
Contratos de Swap	670.315	1.009.900	12.316.044	13.996.259	83.114.053
Contratos a Termo	67.335	79.057	169.394	315.786	2.709.303
Total	<u>896.844</u>	<u>1.253.758</u>	<u>13.077.261</u>	<u>15.227.863</u>	<u>118.574.635</u>

	<u>06/2025</u>				
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de referência</u>
Posição Passiva					
Contratos de Opções	18.548	1.024.519	8.873.820	9.916.887	123.155.140
Contratos de Swap	329.864	359.118	6.020.726	6.709.708	68.953.639
Contratos a Termo	36.783	94.858	420.723	552.364	2.499.282
Total	<u>385.195</u>	<u>1.478.495</u>	<u>15.315.269</u>	<u>17.178.959</u>	<u>194.608.061</u>

A política contábil sobre mensuração do valor justo dos ativos está apresentada na nota 3.c.3.



Os valores de receitas e despesas líquidas com instrumentos financeiros derivativos nos períodos estão demonstrados a seguir:

	<u>06/2025</u>
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	
Opções	133.330
Swap	1.809.291
Futuros	257.417
Termo	57.390
Total	<u>2.257.428</u>

7. Hedge accounting

O Banco XP possui dois tipos de relações de hedge: hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa.

Para fins de hedge contábil, os fatores de risco medidos pelo Banco XP são:

- i) Taxa de Juros: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação das taxas de juros;
- ii) Risco Cambial: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação cambial.
- iii) Encargos do Plano de Incentivo Baseado em Ações: Risco de volatilidade nos preços das ações da XP Inc, listadas na NASDAQ.

A estrutura de limites de risco estende-se ao nível dos fatores de risco, onde limites específicos visam aprimorar os processos de monitoramento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas projetadas para as categorias de taxas de juros e de câmbio levam em consideração o risco total quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Em certos casos, a administração pode decidir fazer hedge de um risco para o prazo do fator de risco e o limite do instrumento de hedge.

a) Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo da Instituição consiste em proteger a exposição à variação do valor justo no recebimento, pagamento de juros e variação cambial sobre ativos e passivos.

O Banco XP aplica hedges de valor justo da seguinte forma:

- Para cobertura da exposição de títulos de renda fixa adquirida através da emissão de certificados de operações estruturadas. A estratégia de hedge envolve evitar flutuações temporárias nos resultados decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros em reais. Uma vez compensado esse risco, o Banco XP busca indexar a carteira ao CDI, por meio da utilização de derivativos (DI1 Futuro).

O hedge é contratado com o objetivo de neutralizar a exposição total ao risco de mercado da carteira de recursos de renda fixa, excluindo a parcela da remuneração em renda fixa representada pelo spread de crédito do Banco XP S.A., buscando aproximar os prazos e volumes ao máximo possível.

- Para a cobertura da exposição a taxas de juros fixas decorrentes da carteira de empréstimos consignados por meio do uso de derivativos. A estratégia consiste em evitar flutuações temporárias no resultado da Instituição que sejam decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros.
- Para a cobertura da exposição a taxas de juros flutuantes decorrentes de operações de empréstimo indexadas ao IPCA (índice de inflação brasileiro) por meio do uso de derivativos. A estratégia consiste em evitar flutuações temporárias no resultado da Instituição que sejam decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros.

b) Hedge de fluxo de caixa

A estratégia de hedge de fluxo de caixa consiste em proteger a Instituição contra o risco de flutuações futuras nos fluxos de caixa associados aos seus ativos e passivos.

O Banco XP utiliza uma estrutura de hedge de fluxo de caixa para neutralizar os impactos da variação do preço das ações da XP Inc em pagamentos de encargos trabalhistas relacionados ao plano de remuneração baseado em ações usando contratos SWAP-TRS como instrumentos de hedge. Os pagamentos de encargos trabalhistas são devidos na data da entrega de ações aos funcionários sob planos de remuneração baseados em ações e estão diretamente relacionados ao preço das ações neste momento.

Os efeitos da contabilidade de *hedge* na posição financeira e no desempenho do Banco XP são apresentados a seguir:

Objetos de *hedge*

Instrumentos de *hedge*

Banco XP S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Estratégias	Valor Contábil		Variação no valor reconhecido no resultado	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do <i>hedge</i>
	Ativos	Passivos			
06/2025					
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de notas estruturadas	-	20.408.563	(967.047)	21.266.444	1.118.986
<i>Hedge</i> de crédito consignado	1.933.201	-	17.411	1.951.378	(15.052)
<i>Hedge</i> de operações de crédito	2.947.397	-	(25.002)	2.941.895	29.371
Risco de preço de mercado					
<i>Hedge</i> de plano de remuneração baseado em ações	-	29.381	(6.470)	47.819	15.055
Total	4.880.598	20.437.944	(981.108)	26.207.536	1.148.360

Instrumentos de <i>hedge</i>	Valor Contábil			Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do <i>hedge</i>	Inefetividade do <i>hedge</i> reconhecida no Resultado
	Valor Nominal	Ativos	Passivos		
06/2025					
Risco de taxa de juros					
Futuros	26.159.717	4.880.598	20.408.563	1.133.305	158.667
Risco de preço de mercado					
Swaps	47.819	-	29.381	15.055	8.585

A seguir apresentamos quadro com prazo de vencimento:

								06/2025	
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total	
<i>Hedge</i> de taxa de juros	2.740.458	9.621.455	3.711.535	3.729.006	1.799.604	2.488.869	2.068.790	26.159.717	
<i>Hedge</i> risco de mercado	47.819	-	-	-	-	-	-	47.819	
Total	2.788.277	9.621.455	3.711.535	3.729.006	1.799.604	2.488.869	2.068.790	26.207.536	



8. Operações de crédito

a. Modalidade

	<u>06/2025</u>
Empréstimos com garantias financeiras (a)	22.068.712
Pessoa física	11.808.742
Pessoa jurídica	4.227.698
Cartão de crédito	6.032.272
Empréstimos sem garantias financeiras	6.822.661
Pessoa física	246.442
Pessoa jurídica	4.402.013
Cartão de crédito	2.174.206
Total	28.891.373
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (b)	(393.098)
Total	28.498.275

- a) Empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (“XP CCTVM”).
- b) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada das operações de crédito segregada por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlacionadas, foi demonstrada na Nota 9.



b. Prazo de vencimento:

	<u>06/2025</u>
Vencidos há 1 dia ou mais	414.885
A vencer em até 3 meses	5.537.689
A vencer entre 3 e 12 meses	4.157.310
A vencer após 12 meses	<u>18.781.489</u>
Total das operações de crédito	28.891.373

c. Maiores devedores

	<u>06/2025</u>
Maior devedor	2.608.810
10 maiores devedores	4.933.228
20 maiores devedores	6.011.667
50 maiores devedores	7.568.895
100 maiores devedores	8.558.612

1. No semestre findo em 30 de junho de 2025 foram baixados para prejuízo créditos no valor de R\$ 116.324 e renegociados no montante de R\$ 1.022.462.

	<u>06/2025</u>
Resultado de operações de crédito	
Rendas com cartão de crédito	1.268.591
Outros	<u>277.296</u>
Total	<u>1.545.887</u>

9. Perda de crédito esperadas em ativos financeiros e reconciliação do valor contábil bruto

a) Reconciliação do valor contábil bruto dos ativos financeiros

Segue apresentada a seguir a reconciliação por estágios do valor contábil bruto dos ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - que têm suas PCEs (perdas esperadas de crédito) mensuradas no modelo de três estágios e de acordo com a abordagem simplificada.



Estágio 1	01 de janeiro de 2025	Aquisição / Liquidação	Transferências				Baixas	30 de junho de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Títulos e valores mobiliários	4.799.027	969.529	-	-	-	-	-	5.768.556
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Títulos e valores mobiliários	2.402.485	1.446.146	-	-	-	-	-	3.848.631
Aplicação interfinanceira de liquidez	54.854.489	9.914.246	-	-	-	-	-	64.768.735
Operações de crédito	25.877.962	1.225.250	(1.032.760)	(221.676)	690.812	7.778	-	26.547.366
Total da exposição no balanço	87.933.963	13.555.171	(1.032.760)	(221.676)	690.812	7.778	-	100.933.288
Exposições fora do balanço (i)	7.473.577	662.937	(313.058)	(23)	143.237	352	-	7.967.022
Total de exposições	95.407.540	14.218.108	(1.345.818)	(221.699)	834.049	8.130	-	108.900.310

Estágio 2	01 de janeiro de 2025	Aquisição / Liquidação	Transferências				Baixas	30 de junho de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Operações de crédito	1.631.664	(166.505)	(690.812)	(52.486)	1.032.760	3.196	(7)	1.757.810
Total da exposição no balanço	1.631.664	(166.505)	(690.812)	(52.486)	1.032.760	3.196	(7)	1.757.810
Exposições fora do balanço (i)	394.416	(56.236)	(143.237)	(4)	313.058	253	-	508.250
Total de exposições	2.026.080	(222.741)	(834.049)	(52.490)	1.345.818	3.449	(7)	2.266.060



Estágio 3	01 de janeiro de 2025	Aquisição / Liquidação	Transferências				Baixas	30 de junho de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Operações de crédito	539.798	(100.472)	(7.778)	(3.196)	221.676	52.486	(116.317)	586.197
Total da exposição no balanço	539.798	(100.472)	(7.778)	(3.196)	221.676	52.486	(116.317)	586.197
Exposições fora do balanço (i)	5.558	(1.216)	(352)	(253)	23	4	-	3.764
Total de exposições	545.356	(101.688)	(8.130)	(3.449)	221.699	52.490	(116.317)	589.961

Estágios consolidados	01 de janeiro de 2025	Aquisição / Liquidação	Baixas	30 de junho de 2025
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	4.799.027	969.529	-	5.768.556
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	2.402.485	1.446.146	-	3.848.631
Aplicação interfinanceira de liquidez	54.854.489	9.914.246	-	64.768.735
Operações de crédito	28.049.424	958.273	(116.324)	28.891.373
Total da exposição no balanço	90.105.425	13.288.194	(116.324)	103.277.295
Exposições fora do balanço (i)	7.873.551	605.485	-	8.479.036
Total de exposições	97.978.976	13.893.679	(116.324)	111.756.331

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que têm suas PCEs mensuradas usando a abordagem simplificada:



Natureza	01 de janeiro de 2025	Compra / Liquidação	30 de junho de 2025
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Outros ativos financeiros	-	280.263	280.263
Total	-	280.263	280.263

b) Perda de crédito esperada

A tabela a seguir apresenta a evolução das PCEs, mensuradas no modelo de três estágios, para ativos classificados como ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, segregados por estágios:

Estágio 1	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	Transferências				Baixas	30 de junho de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Títulos e valores mobiliários	3.248	(3.136)	-	-	-	-	-	112
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Títulos e valores mobiliários	4.910	17.266	-	-	-	-	-	22.176
Aplicação interfinanceira de liquidez	357	59	-	-	-	-	-	416
Operações de crédito	78.630	107.657	(36.780)	(96.553)	1.287	74	-	54.315
Total da exposição no balanço	87.145	121.846	(36.780)	(96.553)	1.287	74	-	77.019
Exposições fora do balanço (i)	15.708	7.787	(7.238)	(7)	524	5	-	16.779
Total de exposições	102.853	129.633	(44.018)	(96.560)	1.811	79	-	93.798

Transferências



Estágio 2	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	Transferências				Baixas	30 de junho de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Operações de crédito	31.142	22.947	(1.287)	(31.289)	36.780	190	(7)	58.476
Total da exposição no balanço	31.142	22.947	(1.287)	(31.289)	36.780	190	(7)	58.476
Exposições fora do balanço (i)	5.706	466	(524)	(2)	7.238	12	-	12.896
Total de exposições	36.848	23.413	(1.811)	(31.291)	44.018	202	(7)	71.372

Estágio 3	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	Transferências				Baixas	30 de junho de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Operações de crédito	241.123	(2.168)	(74)	(190)	96.553	31.289	(116.317)	250.216
Total da exposição no balanço	241.123	(2.168)	(74)	(190)	96.553	31.289	(116.317)	250.216
Exposições fora do balanço (i)	847	(443)	-	-	7	2	-	413
Total de exposições	241.970	(2.611)	(74)	(190)	96.560	31.291	(116.317)	250.629

Estágios consolidados	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	Baixa	30 de junho de 2025
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	3.248	(3.136)	-	112

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

**Banco XP S.A.****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Período findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Títulos e valores mobiliários	4.910	17.266	-	22.176
Aplicação interfinanceira de liquidez	357	59	-	416
Operações de crédito	350.895	128.436	(116.324)	363.007
Total da exposição no balanço	359.410	142.625	(116.324)	385.711
Exposições fora do balanço (i)	22.278	7.810	-	30.088
Total de exposições	381.688	150.435	(116.324)	415.799

Natureza	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	30 de junho de 2025
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Rendas a receber	-	75	75
Outros ativos financeiros	7.082	10.395	17.477
Total	7.082	10.470	17.552

c) Perdas de crédito esperadas segregadas por produtos

A seguir, são apresentadas as perdas de crédito segregadas pelos produtos:

Perdas de crédito esperadas	06/2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	112
Títulos e valores mobiliários	112
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	403.151
Títulos e valores mobiliários	22.176
Aplicação interfinanceira de liquidez	416
Operações de crédito	363.007
Rendas a receber	75
Outros ativos financeiros	17.477

Banco XP S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Total de perdas esperadas	403.263
Exposições fora do balanço (i)	30.089
Total de exposições	433.352

(i) Limites do cartão de crédito

10. Outros ativos e passivos financeiros**06/2025****Outros ativos financeiros**

Operações de câmbio	21.270
Outros ativos	258.993
(-) Perdas esperadas	(17.477)

Total **262.786**

Circulante 262.786

Não Circulante -

06/2025**Outros passivos financeiros**

Operações com cartões de crédito	7.881.534
Passivos de arrendamento (Nota 11)	222.439
Operações de câmbio	686.918
Outros passivos	206.629

Total **8.997.520**

Circulante 8.846.658

Não Circulante 150.862

11. Ativos e passivos de arrendamento**a. Ativos de arrendamento****1 de Janeiro de 2025** **237.541**

Despesa de depreciação (15.732)

Reavaliação 117

30 de Junho de 2025 **221.926****b. Passivos de arrendamento****1 de Janeiro de 2025** **238.978**

Despesa de juros 1.668

Pagamentos de passivos de arrendamento (18.207)

30 de Junho de 2025 **222.439**

12. Negociação e intermediação de valores**a. Negociação e intermediação de valores - Ativo**

	<u>06/2025</u>
Caixa e registro de liquidação	116.866
Devedores por liquidação pendente	<u>1.216</u>
	<u>118.082</u>

b. Negociação e intermediação de valores - Passivo

	<u>06/2025</u>
Credores por liquidação pendente	27.082
Outros	<u>4.040</u>
	<u>31.122</u>

13. Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil

	<u>06/2025</u>
Depósitos compulsórios	7.722.922
Depósitos voluntários	<u>1.299.999</u>
Total	<u>9.022.921</u>



14. Investimentos

	Saldo em 31/12/2024	Implementação 4.966 (ii)	01/01/2025	Aquisição /Aumento/(Redução) de capital	Resultado de Equivalência patrimonial	Ágio - Expectativa de rentabilidade futura	Ágio - outros (i)	Outros resultados abrangentes	Outros efeitos patrimoniais (iii)	30/06/2025
Antecipa S.A.	734	-	734	163	(523)	-	-	(227)	-	147
Banco Modal S.A.	2.060.636	(39.525)	2.021.111	-	56.191	(66.431)	(28.346)	(75)	248	1.982.698
XP CCTVM S.A.	7.284.062	588.329	7.872.391	-	78.701	-	-	72.058	194.539	8.217.689
XP Investimentos S.A.	2.491.931	-	2.491.931	-	231.333	-	-	(60.785)	29.178	2.691.657
XP Controle 5 Ltda (nota 1.i)	-	-	-	1.114.502	1.801	-	-	-	-	1.116.303
Total	11.837.363	548.804	12.386.167	1.114.665	367.503	(66.431)	(28.346)	10.971	223.965	14.008.494

	% Participação Societária	Patrimônio Líquido em 06/2025
Antecipa S.A.	25%	148
Banco Modal S.A.	100%	644.914
XP CCTVM	100%	8.217.689
XP Investimentos S.A	100%	2.691.657
XP LT	100%	1.116.303
Total		12.670.711

(i) No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, incluí um montante de R\$ 28.346 relativo à amortização de ativos identificáveis, em conexão com as aquisições no Banco Modal S.A.;

(ii) Refere-se a implementação da norma 4.966 conforme descrito na nota 2.2

(iii) Outorga de plano de pagamento baseado em ações em investidas.

15. Depósitos

					06/2025
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	1.349.052	-	-	-	1.349.052
Depósitos a prazo	-	21.970.519	25.917.965	12.731.029	60.619.513
Depósitos interfinanceiros	-	393.484	54.013	96.921	544.418
Total	1.349.052	22.364.003	25.971.978	12.827.950	62.512.983

16. Instrumentos de financiamento

	06/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Captação por certificados de operações estruturadas	367.569	2.147.763	21.025.581	23.540.913
Letras de Crédito Imobiliário	-	875.331	30.964	906.295
Letras de Crédito do Agronegócio	-	381.807	-	381.807
Captação via emissão de título no exterior	-	-	5.265.716	5.265.716
Letras financeiras	1.891.187	4.218.479	8.894.109	15.003.775
Total	2.258.756	7.623.380	35.216.370	45.098.506

17. Obrigações com empréstimos

	Taxa de juros anual %	Vencimento	06/2025
Banco Citi México	Term SOFR(*)+0.60%	Julho de 2025	1.495.402
Banco Santander	Term SOFR(*)+0.79%	Dezembro de 2025	988.949
Total			2.484.351
Total de empréstimos			2.484.351

Circulante	2.484.351
Não Circulante	-

(*) Secured Overnight Financing Rate (SOFR).

Saldo em 31/12/2024	1.666.432
Adições	2.736.009
Pagamentos de empréstimos	(1.697.410)
Juros incorridos	66.874
Juros pagos	(111.931)
Variação cambial	(175.623)

Saldo em 30/06/2025	<u>2.484.351</u>
---------------------	------------------

18. Provisões e contingências passivas

	<u>06/2025</u>
Cíveis	12.983
Trabalhistas	2.641
Total	<u>15.624</u>

Depósitos judiciais	37.697
---------------------	--------

Movimentação

	<u>06/2025</u>
Saldo inicial	<u>11.572</u>
Atualização monetária	3.173
Provisão	5.115
Reversão	(1.652)
Pagamentos	(2.584)
Saldo final	<u>15.624</u>

Contingências não provisionadas no balanço

Além das provisões constituídas, o Banco XP possui contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais a probabilidade de perda, com base nas opiniões dos consultores jurídicos internos e externos, é considerada possível, e as contingências totalizam R\$ 117.329.

	<u>06/2025</u>
Fiscais	30.986
Cíveis	141.753
Trabalhistas	4.589
Total	<u>177.329</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4842/20, o Banco XP reconhece contabilmente seus ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias atendendo às seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Banco XP S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Período findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Em 30 de junho de 2025, o Banco XP cumpriu com os requerimentos para compensação dos valores de créditos tributários diferidos e de passivos fiscais diferidos, para fins de apresentação destes saldos nestas demonstrações financeiras, em consonância ao artigo 9º da Resolução CMN nº 4.842/20. Portanto, os saldos apresentados no quadro abaixo, para esta data-base, foram compensados de acordo com a compatibilidade de prazos na previsão de realização de ativos fiscais diferidos e de exigibilidade de passivos fiscais diferidos. Caso não houvesse sido aplicada nenhuma compensação, os saldos totais de ativos e passivos fiscais diferidos do Banco XP seriam de R\$ 16.906.210 e R\$ 16.138.780, respectivamente.

	Saldo Pré Balanceamento em 06/2025	Balanceamento	Saldo Pós Balanceamento em 06/2025
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos - Ativo	15.906.210	(14.884.598)	1.021.612
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos - Passivo	(16.138.780)	14.884.598	(1.254.182)
Total de imposto diferido	(232.570)	-	(232.570)

b. Movimentação dos impostos diferidos

Ativo	Saldo em 01/01/2025	Balanceamento	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/06/2025
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	16.076.749	(14.884.598)	(170.539)	1.021.612
Ágio	142.345	-	42.650	184.994
Provisão para PLR	14.508	-	(5.969)	8.539
RSU	48.868	-	13.434	62.302
PECs e provisões para contingências	240.870	-	5.098	245.968
Outras provisões	(119.560)	-	(2.748)	(122.308)
Total de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	16.403.780	(14.884.598)	(118.074)	1.401.108
Prejuízo fiscal e base negativa	203.209	-	504.586	707.795
Total de ativo fiscal diferido	16.606.989	(14.884.598)	386.512	2.108.903
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	(16.086.474)	14.884.598	(52.306)	(1.254.182)
Outras provisões	-	-	(112.501)	(112.501)
Total passivo fiscal diferido	(16.086.474)	14.884.598	(164.807)	(1.366.683)

c. Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

	06/2025		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total dos impostos diferidos
Até 1 ano	69.332	55.465	124.797
De 1 a 2 anos	539.892	431.913	971.805
De 2 a 3 anos	138.455	110.765	249.220
De 2 a 3 anos	(65.946)	(52.756)	(118.702)
Acima de 4 anos	(263.109)	(221.791)	(484.900)
Total	418.624	323.596	742.220

O valor presente total de créditos tributários constituído, líquido do passivo fiscal diferido, é de R\$ R\$ 1.099.747, e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias apresentadas no quadro anterior.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem premissas macroeconômicas e de juros representando adequadamente a expectativa de retorno da Administração.

d. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(31.732)
(+) adições permanentes	55.573
(-) exclusões permanentes	(606.173)
(=) Lucro real resultado ajustado	(582.332)
IRPJ (25%) CSLL (20%) corrente e diferido	262.050
(-) Outros efeitos	(7.263)
Despesa de IRPJ CSLL	254.785
Corrente	-
Diferido	254.785
	254.785

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.111.407, dividido em 7.943.854.552 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir 20% do capital social conforme previsto na legislação societária.

(c) Reserva estatutária

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, a Diretoria poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Instituição conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

21. Operações de captação no mercado

	<u>06/2025</u>
Certificados de operações estruturadas	2.350.203
Depósito a prazo	3.438.644
Letras financeiras	1.005.047
Obrigações por operações compromissadas	2.026.599
Outros (i)	494.193
Total	<u>9.314.686</u>

(i) Saldo referente a despesa de títulos no exterior, depósitos interfinanceiros e outros.

22. Receita com prestação de serviços

	<u>06/2025</u>
Tarifa de intercâmbio (operações com cartão)	425.240
Tarifas bancárias	68.947
Outros	946
Total	<u>495.133</u>

23. Outras receitas

	<u>06/2025</u>
Receitas com operações de câmbio	28.246

Banco XP S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Período findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Receitas com depósitos voluntários	147.223
Receitas com depósitos compulsório	446.265
Outros	26.824
Total	648.558

24. Custos operacionais

	06/2025
Custo de comissões	208.143
Perdas operacionais / (reversão)	17.576
Outros custos	434.171
Despesas de serviços do sistema financeiro	8.150
Despesa de <i>cashback</i> e programa de pontos	258.630
Assessoria técnica	121.018
Outros	46.373
Total	659.890

25. Despesas administrativas

	06/2025
Despesas de pessoal	101.313
Participação no lucro	23.862
Proventos	56.620
Benefícios	6.182
Encargos sociais	14.608
Outras	41
Despesas de amortização	97.679
Despesas de depreciação	15.971
Outras despesas administrativas	50.288
Despesas de processamento de dados	15.825
Despesas de serviços de terceiros	18.646
Despesas de serviços técnicos especializados	6.547
Despesas judiciais e legais	4.091
Outros	5.179
Total	265.251

26. Outras receitas/(despesas) operacionais

	06/2025
Outras receitas operacionais	28.432
Receitas com incentivos	1.479
Outras	26.953
Outras despesas operacionais	(12.707)

Tarifas diversas e outras	(12.707)
Total	15.725

27. Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais e contratuais com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado no semestre findo em 30 de junho de 2025, relativos a operações com partes relacionadas, principalmente decorrem de transações do Banco XP com:

1. Controladoras: XP Finance Holding S.A. e XP Inc.
2. Controladas: XP CCTVM, Banco Modal, XP Vida e Previdência S.A, XP Investimentos S.A, XP Comercializadora de Energia, XP Gestão de Recursos, XP Advisory, XP PE Gestão de Recursos, XP Allocation Asset, Tecfinance, XP Corretora de Seguros, XP Controle 5 S.A, Nimrod FIM, Scorpio FIM, XP Nix FI, Falx FIF.
3. Relacionada: XP Project, XP Gladius FIM e XP Securities LLC.

No curso normal de seus negócios, as empresas do Grupo XP realizam operações comerciais e financeiras com o Banco XP em condições normais de mercado.

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2025, o Banco XP efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

	Tipo de relacionamento	<u>06/2025</u>
Ativo		
Disponibilidades	Controlada	16.570
Aplicações em operações compromissadas	Controlada	63.718.684
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	9.396.964
Instrumentos financeiros derivativos	Relacionada	2.687.991
Outros ativos	Controlada	3.640
Outros ativos	Controladora	1
Outros ativos	Relacionada	2
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	5.078.692
Instrumentos financeiros derivativos	Relacionada	1.434.633
Obrigações por operações compromissadas	Controlada	44.211.286
Depósitos	Controlada	1.559.261
Recursos de aceites e emissão de títulos	Controlada	8.508
Outros passivos financeiros	Relacionada	1.813.254
Outros passivos financeiros	Controlada	3.085
Outros passivos financeiros	Controladora	3.452.461
Outros passivos	Controlada	16.254
Outros passivos	Relacionada	1.013
Resultado		<u>06/2025</u>

Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Relacionada	329.630
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Controlada	109.731
Operações de captação no mercado	Controladora	(266.372)
Operações de captação no mercado	Relacionada	(110.797)
Operações de captação no mercado	Controlada	674.518
Outras receitas	Controlada	2
Despesas administrativa	Relacionada	(2.033)
Despesas administrativa	Controlada	(3.933)
Custo operacionais	Controlada	(103.799)

(b) Honorários da diretoria**06/2025****Remuneração do pessoal chave da administração**

Honorários da diretoria	(1.918)
-------------------------	---------

28. Determinação do valor justo

O Banco XP avalia instrumentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira.

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores).

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário.

Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3.

Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo.

- Ativos financeiros (exceto derivativos) - O valor justo dos títulos é determinado por referência aos preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Se não houver preço de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas observáveis e pelas taxas de mercado na data de apresentação.
- Swap - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume as duas posições – comprador em um indexador e vendedor em outro.

- Termo - pelo valor de cotação de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas na B3.
- Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e commodities são compromissos de compra ou venda de um instrumento financeiro em data futura, por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados em dinheiro ou entrega. As liquidações diárias em dinheiro dos movimentos de preços são feitas para todos os instrumentos.
- Opções - os contratos de opções dão ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado.
- Outros ativos e passivos financeiros - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Operações de crédito - o valor justo é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

06/2025

Valor
contábil

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	42.241.777	7.381.553	-	49.623.330	49.623.330
Instrumentos financeiros derivativos	-	15.227.863	-	15.227.863	15.227.863
Valor justo por meio de outros resultado abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	5.768.556	-	-	5.768.556	5.768.556
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários	-	3.848.631	-	3.848.631	3.826.455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	64.974.733	-	64.974.733	64.768.319
Negociação e intermediação de valores	-	118.082	-	118.082	118.082
Rendas a receber	-	48.054	-	48.054	48.054
Operações de crédito	-	28.554.440	-	28.554.440	28.498.275
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	-	9.022.921	-	9.022.921	9.022.921
Outros ativos financeiros	-	262.786	-	262.786	262.786
Passivos financeiros					
Valor Justo por meio do resultado					
Operações de empréstimos de ações	148.541	-	-	148.541	148.541
Instrumentos financeiros derivativos	-	17.178.959	-	17.178.959	17.178.959
Avaliados ao custo amortizado					
Depósitos	-	62.344.417	-	62.344.417	62.512.983
Obrigações por operações compromissadas	-	50.754.739	-	50.754.739	50.762.762
Instrumentos de financiamento	-	44.581.101	-	44.581.101	45.098.506

Negociação e intermediação de valores	-	31.122	-	31.122	31.122
Obrigações por empréstimos	-	2.484.351	-	2.484.351	2.484.351
Fornecedores	-	107.168	-	107.168	107.168
Outros passivos financeiros	-	8.997.520	-	8.997.520	8.997.520

As transferências de entrada e saída dos níveis da hierarquia do valor justo são analisadas ao final de cada demonstração financeira. No semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve transferências entre Nível 2 e Nível 3.

29. Limites operacionais (Acordo de Basileia)

O Banco XP adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial XP, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2025, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial XP é de 13,64%.

	<u>06/2025</u>
Capital regulamentar	
Capital principal (Nível I)	8.941.579
Nível I (Principal + Complementar)	10.856.766
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	11.687.977
Ativos ponderados pelo risco	
RWA	85.704.612
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,64%

30. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

A estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo de Basileia, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente, no que tange a formulação de análises de impacto, planos de continuidade, planos de recuperação de desastres, planos de backup e gerenciamento de crises.

(a) Risco de mercado

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o departamento de risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e o de reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível na sede da instituição.

Os controles para a mensuração da exposição do risco de mercado utilizados são conceituados e amplamente utilizados no mercado, estes são:

- *Value At Risk* (VAR): é o valor em risco de uma carteira e pode ser entendido como uma estimativa de perda máxima em condições normais de mercado, dado um nível de confiança de 95% de certeza para o horizonte de tempo de 1 dia; e
- *Stress test*: é um método para medir potenciais perdas advindas de eventos extremos de mercado, através de projeções de cenários críticos e de baixa probabilidade. É um mecanismo que demanda a discussão de cenários futuros e entendimento da vulnerabilidade das carteiras sob circunstâncias improváveis, que auxilia na revisão dos limites internos de exposição ao risco.

(b) Análise de sensibilidade

De acordo com as informações de mercado, o Banco XP realizou a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com um impacto nos lucros ou prejuízos, fornecendo uma visão da exposição por fator de risco a entidade em cenários excepcionais. As análises de sensibilidade não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e tesouraria, uma vez que, uma vez detectadas estas perdas, são rapidamente desencadeadas medidas de mitigação do risco, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Carteira de Negociação	Exposições	06/2025		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Pré-fixado	Taxa de juros prefixadas em reais	(60)	(21.756)	(50.007)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(469)	(37.723)	(95.087)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(810)	(20.248)	(40.496)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(227)	(49.212)	(96.713)
Ações	Preços de ações	(182)	(3.477)	(6.157)
Total		(1.748)	(132.416)	(288.460)

(c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição. O processo de gerenciamento do risco de liquidez prevê procedimentos de identificação, mensuração e controle à exposição ao risco de liquidez, levando em consideração as condições de mercado atuais e previsões futuras na elaboração de cenários para projeções dos fluxos de caixa em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível na sede da instituição.

(d) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco que visa garantir o cumprimento do determinado na política do Conglomerado Prudencial e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por rating interno de emissor e/ou emissão, na atividade econômica, na *duration* da carteira, nas variáveis macroeconômicas, dentre outros fatores.

O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (*rating*) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte.

A revisão dos créditos avaliados no Comitê de Crédito é realizada periodicamente pela Área de Análise de Crédito, de acordo com normas e metodologias internas.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

(e) Risco operacional

O Banco XP possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional alinhada com as expectativas regulatórias, melhores práticas de mercado, estratégia e apetite de riscos da companhia. Os processos de riscos operacionais englobam meios de identificação, mensuração, mitigação, monitoramento e reporte, de modo a prestar à Diretoria uma visão holística dos riscos operacionais. A gestão de riscos operacionais também abrange continuidade de negócios, incluindo a estratégia e os planos de contingência para assegurar a recuperação das operações em situações de crises.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível na sede da instituição.

31. Estrutura de gerenciamento de capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado Prudencial adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Conglomerado Prudencial de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Certificate Of Completion

Envelope Id: D458D4D5-A488-414B-B485-395063C66690

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: BANCOXP25.JUN (1609).pdf, DF_Banco XP_062025_Capa.pdf, DF_Banco XP_0620...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 55

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Lais Sampaio

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

lais.sampaio@pwc.com

IP Address: 134.238.160.144

Record Tracking

Status: Original

16 September 2025 | 18:53

Holder: Lais Sampaio

lais.sampaio@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

16 September 2025 | 20:10

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Marcos Paulo Putini

marcos.paulo@pwc.com

Sócio

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

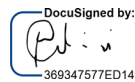
Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SERASA RFB v5

Subject: CN=MARCOS PAULO PUTINI:17668525807

Signature



Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 134.238.160.202

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://publicacao.certificadodigital.com.br/repositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Timestamp

Sent: 16 September 2025 | 18:55

Viewed: 16 September 2025 | 20:09

Signed: 16 September 2025 | 20:10

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Adriano Nascimento adriano.wnascimento@pwc.com Manager Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 16 September 2025 18:55
Lais Sampaio lais.sampaio@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 16 September 2025 20:10 Viewed: 16 September 2025 20:10 Signed: 16 September 2025 20:10

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	16 September 2025 18:55
Certified Delivered	Security Checked	16 September 2025 20:09
Signing Complete	Security Checked	16 September 2025 20:10
Completed	Security Checked	16 September 2025 20:10

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------